Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM
Área Desenvolvimento Econômico Social – DES
Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas

Gênero, representação e liderança feminina na política municipal: as prefeitas brasileiras (2001-2004)

Delaine Martins Costa

Versão preliminar elaborada para a Expo Brasil Desenvolvimento Local
Painel: Gênero, Democracia e Desenvolvimento Local

Brasília, 21 de novembro

Gênero, representação e liderança feminina na política municipal: prefeitas brasileiras (2001-2004)*

Delaine Martins Costa**

Apresentação

Ao longo das duas últimas décadas tem sido possível acompanhar a discussão sobre a consolidação da democracia e as suas múltiplas formas de exercício, considerando-se aí o aumento da participação feminina no campo político. Por outro lado, o termo gênero passou a ser incorporado ao vocabulário das políticas públicas e das agências de cooperação, permeando diferentes esferas institucionais. Ambos os campos de debate levam à intersecção entre o mundo da política por intermédio da representação pelo voto e o das reivindicações em termos de necessidades e de direitos.

A exclusão da mulher da política é uma recorrência, não sendo o Brasil um caso à parte: seja na esfera municipal, estadual ou federal, seja no legislativo ou no executivo a representação feminina é baixa e não ultrapassa os 13% dos cargos eletivos. Ao mesmo tempo em que as mulheres dos movimentos sociais e dos movimentos feministas passam a compor um ideário e uma pauta de reivindicações que mesclam múltiplos interesses, o percentual de mulheres eleitas amplia timidamente. Por um lado, cabe investigar percepções das mulheres que se inserem no campo político, e por outro os aspectos mais relevantes de sua trajetória e da gestão.

Para pensar as políticas de desenvolvimento local e as questões que se apresentam nesse debate[1], torna-se necessário articulá-las à representação feminina na política e à constituição de porta-vozes das demandas tidas como femininas. Em outras palavras, cabe investigar se desenvolvimento local enfeixa relações de poder que contribuem para ampliar a assimetria entre homens e mulheres no campo político e como os interesses de diferenciados segmentos da população feminina e masculina são incorporados nas políticas públicas?

Para aproximar-se dessas questões e fornecer subsídios para a discussão acerca do desenvolvimento local, o presente trabalho toma como referência e apoia-se nos resultados da pesquisa[2] "*As mulheres na política municipal: as prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004*",

---

* Versão preliminar, elaborada com base no Relatório Final da pesquisa *As mulheres na política municipal: as prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004*. Trabalho elaborado para a Expo Brasil Desenvolvimento Local, realizada em Brasília, no período de 20 a 23 de novembro de 2002, Painel *Gênero, Democracia e Desenvolvimento Local*.

** Coordenadora do Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas, da Área Desenvolvimento Econômico e Social — DES, do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM.

1 As políticas de desenvolvimento local têm sido incorporadas à discussão sobre políticas públicas e o termo desenvolvimento local recebe diferentes definições, as quais aglutinam idéias tais como: igualdade, justiça social, participação, desenvolvimento econômico e social. No presente artigo o termo é utilizado para designar "um processo de concertação entre atores sociais, gerado no âmbito de um território determinado, com o propósito de impulsionar um projeto comum que combine o desenvolvimento econômico com a equidade, a mudança social e cultural, a sustentabilidade, o enfoque de gênero, a qualidade e o equilíbrio espacial e territorial visando elevar a qualidade de vida e o bem-estar da família e dos cidadãos que vivem nesse território ou localidade" (cf. DelNet Gender Equality. *Unidad Didáctica 1 – El orden de género y sus expresiones en la sociedad y en el territorio*, Grupo 2002, p.7 OIT/Centro Internacional de Formación). Há diversas fontes de consulta sobre essa literatura, entre elas ver: DelNet Gender Equality. Programa a distancia de formación, información, asistencia técnica y trabajo en red de desarrollo local. OIT/Centro Internacional de Formación (http://www.itcilo.it/delnet).

2 A pesquisa foi realizada pelo Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas, da Área de Desenvolvimento Econômico e Social, do Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Para maiores informações ver o relatório final: *As mulheres na política municipal: as prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004*. IBAM/BID-PROLID, 2002.

realizada sob o patrocínio do Programa de Apoio a Representação e Liderança Feminina – PROLID, do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. A pesquisa teve por objetivo investigar os atributos social, econômico e político das mulheres que, em 2000, foram eleitas para prefeitas para a gestão 2001-2004. Para o presente trabalho foram selecionados alguns planos de análise, entre os quais destacam-se: apoios políticos recebidos pelas prefeitas; formas de engajamento político; competências valorizadas para o exercício do cargo; constrangimentos enfrentados; imagens que as prefeitas atribuem as suas qualidades diferenciais; temas prioritários da agenda política; principais problemas e desafios da gestão municipal.

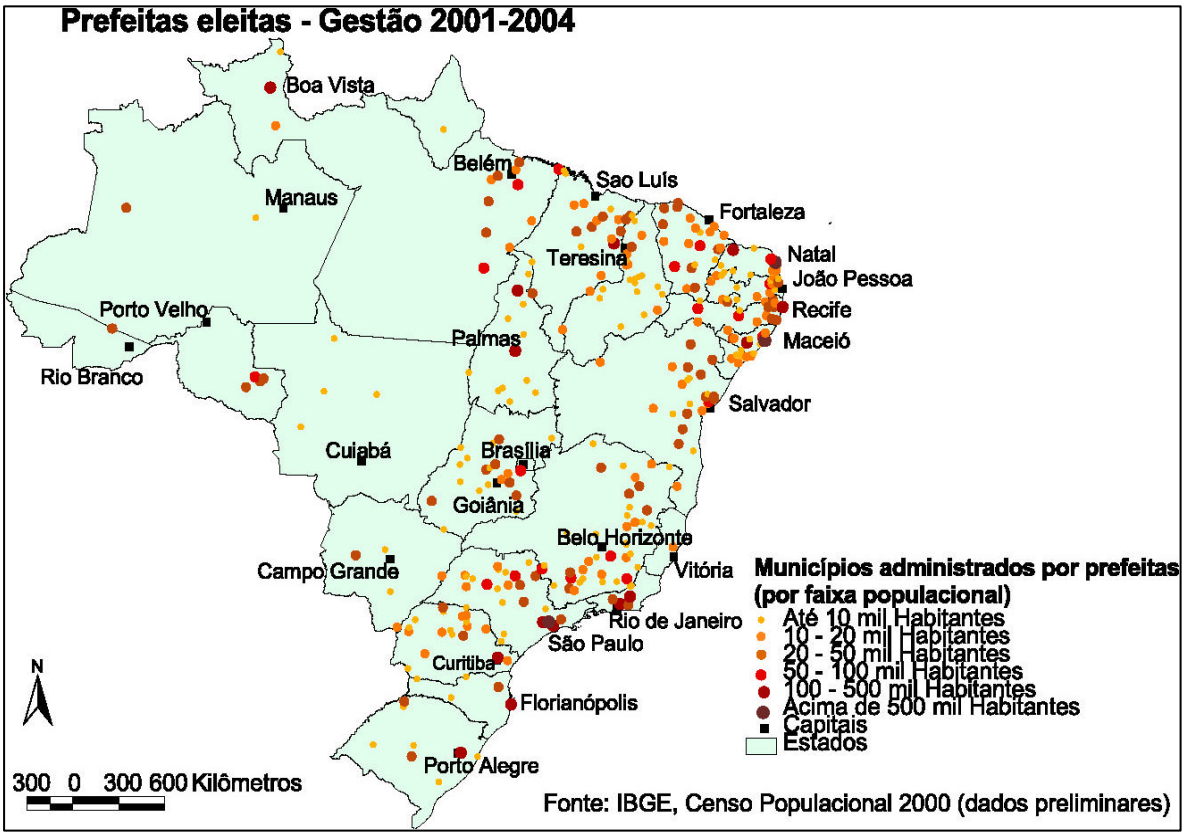
- *Os limites metodológicos e as possibilidades de análise*

A pesquisa foi realizada durante o período compreendido entre os meses de novembro de 2001 a julho de 2002 e foi utilizado como instrumento para coleta de informações um questionário enviado a todas as 317 prefeitas brasileiras.[3] O mês de novembro foi voltado para a elaboração da versão preliminar do questionário, à realização do pré-teste, à elaboração do plano tabular e ao levantamento junto a fontes secundárias. Os meses de dezembro de 2001 e de janeiro de 2002 foram dedicados ao envio do questionário – preferencialmente por fax, e-mail e correio postal – e ao monitoramento das respostas. Considerando-se que esses meses caracterizam-se, no Brasil, por concentrar o período de festas e, especialmente, o de férias, postergou-se o período previsto para recebimento das respostas, de 15 de janeiro para 8 de fevereiro de 2002.

Até o prazo estabelecido, foram recebidos 74 questionários, o que significa cerca de 23% do total das prefeitas. O questionário foi estruturado com base nas seguintes questões: caracterização das propriedades sociais correspondentes à ocupação do cargo pelas mulheres; formas de parentesco e de composição familiar; modos de constituição do itinerário político da prefeita e dos apoios obtidos para esta pretensão; a gestão municipal; caracterização da estrutura econômica, política e administrativa do município; relações inter-municipais e inter-estaduais; modos de intervenção do governo federal e das regulamentações normativas da Constituição Federal de 1998.

Dados os limites inerentes ao próprio – e à qualquer – instrumento de coleta de dados somado ao período para sua aplicação, a pesquisa não teve a pretensão de esgotar as respostas junto ao universo de prefeitas eleitas, nem tão-pouco pretendeu retratar o conjunto das percepções das mulheres chefes do executivo local. A pesquisa pretendeu contribuir para compreensão das características e das condições sociais subjacentes à presença e à atuação das mulheres no executivo local. Portanto, não se tratou de circunscrever as impressões das prefeitas brasileiras a um conjunto de percepções, mas sim de apresentar, de forma sucinta, interpretações, entre as inúmeras imagináveis, decorrentes de padrões de respostas ao questionário, considerando-se como premissa as condições de possibilidade da mudança, do devir, da multiplicidade e da contradição que atravessam o campo político.

[3]Cabe destacar que por intermédio dos contatos realizados foi possível identificar duas situações distintas com relação às Prefeituras chefiadas por mulheres. Na primeira, a prefeita do município de Jitaúna, na Bahia, foi assassinada. Na segunda, o Prefeito de Campinas (São Paulo) foi assassinado, cabendo à vice-prefeita assumir o cargo. Posto que o critério foi o de prefeitas eleitas no pleito de 2000, ambas as situações alteraram o universo da pesquisa (de 317 para 316), excluindo-se, portanto, do envio de questionário as duas prefeitas anteriormente mencionadas.



- *As mulheres na política municipal sob a ótica da pesquisa*

A política municipal tende a ser um dos campos mais permeáveis à ascensão das mulheres, seja pela diversidade e quantidade de municípios brasileiros, seja pelo custo da campanha em contraposição a das eleições estaduais e federais, seja pelas especificidades da política local cujos temas estão vinculados ao cotidiano o que contribui para a formação de lideranças femininas.

No Brasil, do total dos 5.559 municípios brasileiros, cerca de 6% são chefiados por mulheres (ver mapa acima), percentual este que vêm crescendo, sobretudo nos municípios das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Também é no espaço da política municipal que se encontra o maior percentual de mulheres eleitas no âmbito do legislativo. Embora beneficiadas, direta ou indiretamente, pela primeira lei[4] que definiu o "sistema de cotas" nas eleições, hoje as vereadoras representam 12% do total de vereadores do país.

Por outro lado, do total de Deputados Estaduais eleitos no último pleito(2002)[5] 13% são mulheres, percentual superior ao de mulheres eleitas em 1998 e em 1994, respectivamente, 10% para a legislatura 1999-2002 e 8% para a de 1995-1998. Entre os Deputados Federais, o percentual de mulheres também aumentou e, neste caso, de cerca de 6% (1998-2002) para 8% (2003-2004), cabendo notar que embora o "sistema de cotas" estivesse em vigor nas eleições realizadas em 1998[6], o percentual de mulheres eleitas Deputada Federal naquele ano foi menor do que na legislatura anterior: cerca de 7% de mulheres eleitas em 1994.

---

[4] Lei 9.100 de 29 de setembro de 1995, artigo 11. Parágrafo 3º.

[5] Dados disponibilizados pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA, com base no Tribunal Superior Eleitoral - TSE : http://www.cfmera.org.Brasil/mulheresnopoder (capturado segundo Fonte do TSE em 10 de oububro para Deputadas Estaduais e em 9 de outubro para Deputadas Federais).

[6] Lei 9.504 de 30 de setembro de 1997, artigos 10 e 80.

Cabe notar que na concorrência por cargos eletivos municipais predominam as mulheres eleitas em municípios da região nordeste (cerca de 50% das prefeitas e também das vereadoras). Esta mesma situação ocorre, em menores proporções, entre as Deputadas Estaduais pois do total de mulheres eleitas nas Assembléias Estaduais, 38% representam estados da região Nordeste; 28% da Sudeste e 15% da Norte. No caso da Deputadas Federais, do total de mulheres eleitas no país 35% representam estados da Região Sudeste, 19% tanto da região Centro-Oeste quanto da região Nordeste, passando esta última a concentrar um percentual maior do que na eleição anterior quando reunia apenas 11% do total das Deputadas Federais eleitas no Estado.

Do total de prefeitas que responderam ao questionário (ver tabela 1), cerca de 39% foram eleitas em municípios da região sudeste, 35% em municípios da região nordeste; 11% em municípios da região sul, 10% da região centro-oeste e 5% da região norte. Cabe notar que embora cerca de 50% do total de prefeitas eleitas se concentrem em municípios da região nordeste, o mesmo padrão não foi observado entre aquelas que responderam ao questionário, o que pode contribuir para o entendimento da dificuldade de obtenção de resposta ou de fazer chegar aos municípios dessa região o questionário da pesquisa.

Tabela 1

Distribuição das Prefeitas eleitas (total), daquelas que responderam ao questionário (subtotal), por região e segundo faixa populacional – 2002

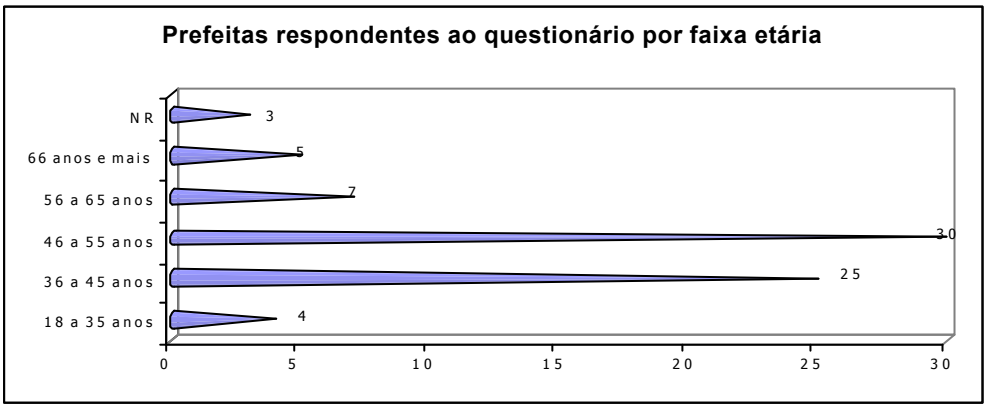
Região	**Faixa populacional dos municípios (mil habitantes)**						
	até 5	**5 10**	**10 20**	**20 50**	**50 100**	**100 e mais**	**Total**
Total Geral	**71**	**61**	**82**	**67**	**19**	**17**	**317**
Norte	07	06	05	09	04	03	34
Nordeste	24	27	50	33	09	06	149
Sudeste	22	11	14	12	06	05	70
Sul	06	10	08	05	-	03	32
Centro-Oeste	12	07	05	07	01	-	32
Respondentes ao questionário	**15**	**16**	**17**	**20**	**4**	**2**	**74**
Respondentes ao questionário (%)	22	26	21	30	20	11	23
Norte	-	1	-	2	1	-	4
Nordeste	2	8	8	9	-	1	28
Sudeste	11	2	4	6	3	1	27
Sul	1	3	4	1	-	-	9
Centro-Oeste	1	2	1	2	-	-	6

Fonte: As mulheres na política municipal: as prefeitas eleitas na gestão 2001-2004. IBAM/BID-PROLID, 2002.

Com relação à faixa populacional dos municípios chefiados por prefeitas que responderam ao questionário, a maior parte – cerca de 90% – encontra-se em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes. Cerca de 42% são chefes do Executivo em municípios menores, isto é, com população inferior a 10 mil habitantes e mais da metade das respondentes está concentrada em municípios com população de 10 a 50 mil habitantes. Isto é, destas 23% são responsáveis por municípios com população de 10 mil a 20 mil habitantes e 27% por municípios com população entre 20 e 50 mil habitantes. Apenas cerca de 8% das prefeitas respondentes ao questionário são responsáveis por prefeituras de municípios de médio e grande porte, isto é, com população superior a 50 mil habitantes. Vale lembrar que, no Brasil, cerca de 90% do total de municípios brasileiros apresentam população inferior a 50 mil habitantes. Por outro lado, os 10% de municípios com população superior a 50 mil habitantes concentram cerca de 63% do total da população do país.

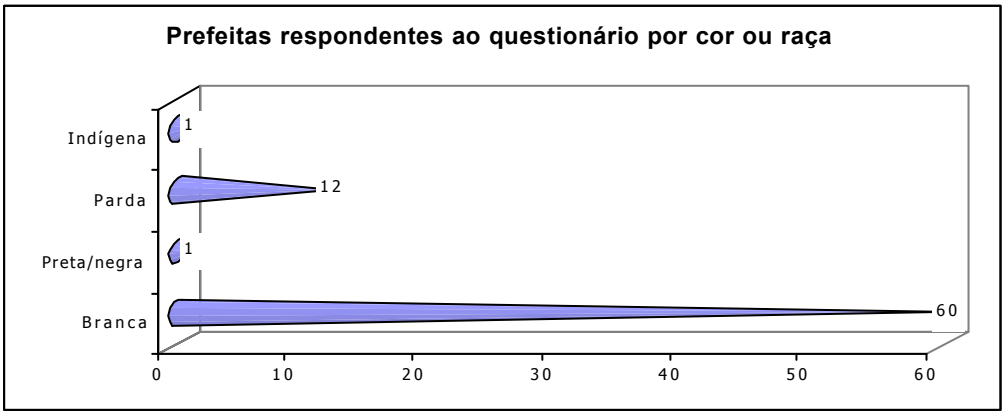
As prefeitas respondentes ao questionário reúnem um conjunto de características comuns (como podemos observar nos gráficos a seguir), quais sejam: são majoritariamente brancas (cerca de 80%) e se reconhecem como católicas (cerca de 87%); a faixa etária predominante é de 46 a 55 anos (cerca de 40%) e de 36 a 45 anos (cerca de 34%); via de regra são casadas ou vivem uma união consensual (73%) e tiveram apenas um casamento ou união consensual (89%) e metade possui terceiro grau completo (50%).

Gráfico 1



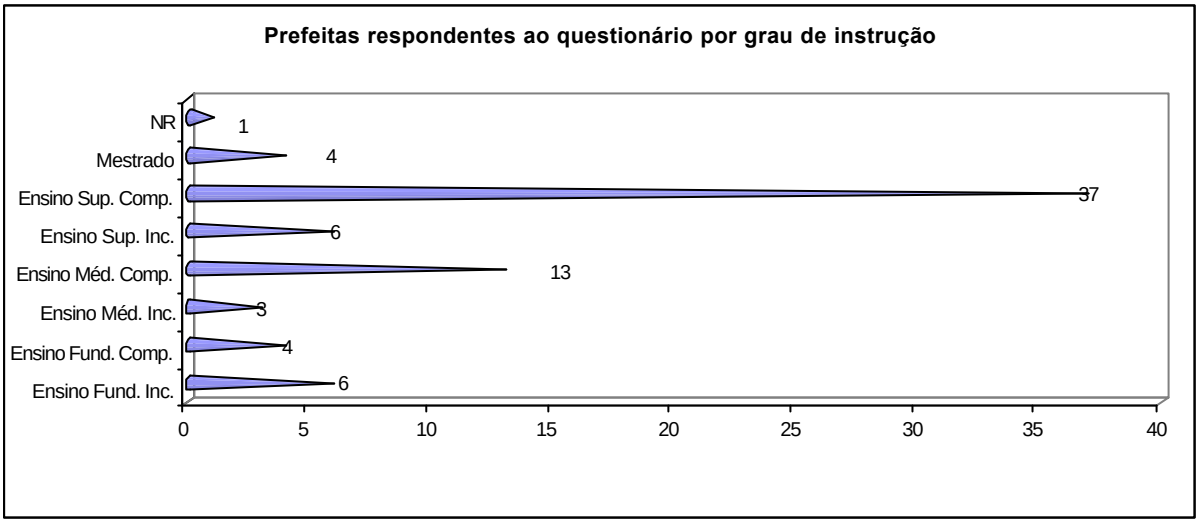
Fonte: As mulheres na política municipal: as prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004. IBAM/PROLID, 2002

Gráfico 2



Fonte: As mulheres na política municipal: as prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004. IBAM/PROLID, 2002

Gráfico 3



Fonte: As mulheres na política municipal: as prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004. IBAM/PROLID, 2002

Em outras palavras, a agregação geral desses dados coloca em relevo a concentração das alternativas de acesso, ao cargo de prefeita, entre mulheres situadas entre 36 e 55 anos, de cor branca, casadas e principalmente sob estabilidade conjugal, portadoras de grau de instrução superior e católicas. Nos municípios cuja faixa populacional é mais elevada, o acesso ao cargo de prefeita tende a comportar algumas variações do modelo idealizado e padronizado da inserção social das mulheres. As prefeitas que se colocam nesta situação tendem a ser mais jovens e, possivelmente, enfrentam, sob menos constrangimentos, os preconceitos de cor.

Depreende-se das respostas ao questionário que algumas carreiras profissionais podem melhor prover o reconhecimento de competências das mulheres para a construção de justificativas para a concorrência e para o exercício do cargo. É o caso de professores com especialização na prática da administração pedagógica, de advogadas e médicas.

Há casos bastante recorrentes de prefeitas com nível de instrução superior em município de faixa populacional menos elevada, neles também se concentra a alternativa de acesso para as que se distanciam deste grau de ensino. As prefeitas dos municípios de maior faixa populacional são portadoras de ensino superior. Este dado registra o processo de expansão e de relativa democratização do acesso ao ensino superior em disciplinas geralmente mais difundidas. Os serviços prestados são incorporados pela população mais ampla, mesmo porque elas são menos onerosas quanto aos custos das instituições de ensino universitário (pedagogia, história, administração, direito e letras).

Entre os modelos de composição familiar das prefeitas identificados por intermédio do questionário, destacam-se: família conjugal completa com filhos; família conjugal incompleta com filhos; família conjugal sem filhos; família extensa (pais do casal, filhos, irmãos, primos e agregados) e família consangüínea de prefeita solteira. A maior recorrência é a de prefeitas com família conjugal completa com filhos, cabendo a estes a reprodução do nível de instrução dos pais ou sua ampliação na situação em que os pais não alcançaram o nível superior.

Considerando-se as dificuldades de inserção das mulheres no campo político, cabe voltar a atenção para a construção de alternativas de itinerários políticos, tomando-se como referência, entre outros aspectos, os apoios políticos recebidos para a candidatura, bem como aqueles

recebidos durante a gestão(ver tabela 2). Entre as prefeitas que responderam ao questionário, a maior parte assinalou que para a candidatura encontraram apoio político junto a outros políticos, provavelmente do partido, a saber (em ordem decrescente): vereadores (69%), Deputados Estaduais (51%), Deputados Federais (51%). O mesmo padrão de respostas é identificado quando verificamos que esse percentual se eleva – sobretudo no caso do Governo do Estado que passa de 24% para 55% – durante o exercício da gestão, o que indica não só a importância para o suporte da candidatura feminina, mas também a sua continuidade e a imbricação entre a política local e a extra-local – mesmo considerando-se que essas fronteiras são construídas artificialmente pois a "política municipal" só pode ser pensada em relação aos demais campos políticos e vice-versa.

O apoio de familiares foram assinalados e representam parcela significativa dos apoios recebidos, seja para a candidatura, seja durante a gestão. Contudo cabe notar que, em geral, o apoio advém de familiares sem cargo político (84%) e que esse tipo de apoio tende a decrescer durante o exercício do mandato, embora permaneça preponderante entre a maior parte das prefeitas que responderam ao questionário.

Contudo, as prefeitas que responderam ao questionário atribuíram mais valor aos apoios obtidos mediante relações informais ou personalizadas e menos à estrutura institucional estatal ou partidária. A maioria delas constituiu a carreira política a partir da posição ocupada na família e na parentela, agregação fundada em afiliações por consangüinidade e afinidade, mas revestida de atribuições políticas para interferência e controle nos cargos de poder e decisão. No entanto, elas preferem, publicamente, valorizar os apoios de familiares sem cargos políticos. Elas reconhecem o papel socializador e referenciador do pai, do esposo ou do irmão na iniciação no mundo da política, mas investem no reconhecimento da autonomia do desempenho do cargo. Talvez, por esta razão, optem por atribuir maior peso às redes de apoio que, mesmo nesta condição, pessoalmente conquistaram. Mas não só por esta razão. Suas posturas devem ser compreendidas no contexto das relações sociais subjacentes à vida política e em especial em municípios menos populosos.

Tomando-se o conjunto dos apoios recebidos, as associações de bairro ou de moradores, as associações de classe, as associações religiosas e os trabalhadores do setor informal perfazem um conjunto expressivo do apoio recebido para a candidatura: 29%. Em contraposição, os menores percentuais referem-se ao apoio de clubes de mães (4%), de Clubes de Serviços (2%), tais como, Rotary e Lions e de ONG (3%) - nacional e internacional. O apoio de empresas do setor privado teve a recorrência de 5% do total dos itens assinalados, seja para a candidatura, seja durante a gestão. Vale sublinhar que, em geral, os percentuais dos tipos de apoio identificados para a candidatura são reproduzidos durante a gestão, havendo baixa retração – como no caso dos familiares sem cargo político - ou expansão – como no caso do Governo do Estado.

Tabela 2
Prefeitas respondentes ao questionário, por tipo de apoio político recebido para a candidatura e durante a gestão

Tipo de apoio político	Para a candidatura		Durante a gestão	
	Número	%	Número	%
Total de itens assinalados*	**480**	**100**	**584**	**100**
Apoio de familiares sem cargo político	62	13	59	10
Apoio de familiares com cargo político	22	5	27	5
Associação de bairro/moradores	41	8	50	8,5
Associação de classe profissional (sindicato)	28	6	30	5
Associação religiosa	40	8	40	7
Clube de mães	21	4	23	4
Clube de serviços (Rotary Lions)	9	2	15	3
Do(a) Prefeito(a) época	14	3	13	2
Empresa do setor privado	26	5	30	5
ONG nacional	11	2	14	3
ONG internacional	3	1	3	0,5
Trabalhadores do setor informal	32	7	32	6
Vereador	51	11	60	10
Deputado Estadual	38	8	49	8
Deputado Federal	38	8	54	9
Senador(a)	15	3	22	4
Presidente	4	1	8	1
Governo Estadual	18	4	41	7
Governo Municipal	7	1	14	2

Fonte: As mulheres na política municipal: as prefeitas eleitas na gestão 2001-2004. IBAM/BID-PROLID, 2002.
* Total de prefeitas respondentes ao questionário: 74.

Foi possível identificar, por intermédio da pesquisa, três campos de alternativas que se entrecruzam para a construção do itinerário político: a) sucessão política, coadjuvação e complementação de acesso ao cargo pelos homens; b) profissionalização e politização de competências e c) militância em movimentos de reordenação social. Com efeito, tais alternativas não devem ser compreendidas isoladamente e de forma estanque, diferentemente, representam formas de acumulação de recursos, saberes, legitimidade, constituidores de redes sociais nas quais transitam as agentes políticas.

Uma situação imediatamente se destaca pela abrangência e profundidade da existência no tempo: prefeitas que acederam ao cargo como coadjuvantes e sucessoras, integradas a um projeto familiar sob a condição de filha, irmã ou esposa. E assim sendo, também fundada numa divisão sexual do trabalho familiar para o exercício da política, legitimado pela atribuída divisão natural, conforme podemos depreender dos depoimentos abaixo selecionados:

"Não tinha idéia de ser política, mas tiraram a vida do meu esposo com seis meses de mandato de prefeito, no mesmo município. O povo me apresentou como prefeita e eu disputei as eleições com os assassinos do meu esposo. Estou sendo eleita pela segunda vez." (eleita em concorrência com outros três candidatos para administração de município em AL)

"Por motivo de falecimento do meu esposo, prefeito eleito em 1997, cuja administração não ultrapassou o período de 11 meses, a principal motivação e objetivo é concluir o trabalho iniciado por meu esposo." (eleita em concorrência com outro candidato, para administração de município em SC)

"Minha motivação para ocupar o cargo de prefeita surgiu nas eleições de 1998, onde eu era candidata à vereadora pela primeira vez. Porém, em virtude da impugnação da candidatura do prefeito, que era meu irmão, o partido achou por bem que a candidata ideal para substituí-lo fosse eu. Decidi, então, fazer honrar o nome de minha família, que tem história política no Município, pois meu pai foi prefeito em três gestões, sendo o primeiro prefeito eleito no Município e meu irmão foi prefeito por uma gestão." (eleita em concorrência com outro candidato para administração de município em MG)

"A pedido da população e de líderes políticos e em apoio ao meu esposo (atual deputado estadual e ex-prefeito do município), no resgate político do município e por causa da necessidade de ter gente séria na política transparente e democrática." (eleita em concorrência com três outros candidatos para administração de município no PA)

"Como já fui primeira dama, acabei por me apegar com o povo de (...), através de trabalhos sociais. Em 1996, resolvi, com o apoio da minha família e dos meus amigos, candidatar-me à prefeita. Hoje, reeleita, sou a única mulher no poder executivo do município de (...)." (eleita em concorrência com três outros candidatos para administração de município no CE)

"Desde o ano de 1982, na campanha de prefeito do meu marido, fui tendo contato com o povo e fiz um trabalho como primeira dama, no qual me dediquei muito e daí surgiu a idéia de me candidatar." (eleita em concorrência com um outro candidato para administração de município no MA)

"(...) pela tradição política que a família já vem exercendo há muito tempo. De início o meu esposo é quem participava da política e acabei sendo influenciada pela vocação da família, pela vontade de estar sempre ajudando às pessoas necessitadas." (eleita em concorrência com outro candidato para administração de município em MG)

A construção da posição de prefeita segundo estes pressupostos se diferencia de outros tantos, dela também constitutivos. Um deles funda-se nos investimentos para reconhecimento da competência profissional. É possível afirmar que, segundo a análise das respostas ao questionário, destaca-se um conjunto de competências para o exercício do cargo de prefeita, quais sejam: a) competências reconhecidas no exercício de funções e cargos públicos e na construção de clientelas (professora, médica, odontóloga, advogada, parteira etc.); b) competências reconhecidas no exercício da militância político-partidária; c) competências reconhecidas no exercício da gestão empresarial e d) competências exercidas no exercício de coordenação de projetos institucionais como ONG, clube de serviços, instituições assistenciais e filantrópicas. Contudo, a divisão de suas fronteiras é artificial. Para muitas das prefeitas, essa inserção representa o desdobramento do acúmulo de capital político-familiar, cuja "poupança ampliadamente reproduzida" exigiu delas a demonstração de competência e autonomia próprias. Estes atributos de demonstração da autonomia são geralmente constituídos a partir da profissionalização, especialmente pelo acesso ao ensino em curso superior. Faces de um mesmo processo, demonstram as variações históricas da construção da identidade da mulher na política, como podemos observar a seguir:

"Trabalhamos durante três anos numa escola estadual como diretora, realizamos um bom trabalho na educação e fomos convidadas a nos candidatar ao cargo de prefeita." (eleita em concorrência com três outros candidatos para administração de município no MT)

"Ingressei no PDL para ser candidata a vereadora - porém, como havia uma necessidade de mudança urgente na política de (...), pela minha trajetória na educação, fui indicada para prefeita. O grupo que estava no domínio da política já fazia 20 anos." (eleita em concorrência com dois outros candidatos para administração de em MG)

"Na minha primeira eleição, eu trabalhava como odontóloga e me relacionava com muitas pessoas as quais simpáticas à minha pessoa lançaram a idéia de nos candidatarmos." (eleita em concorrência com dois outros candidatos, um deles mulher, para administração de município no PI)

"Desde 1981, ingressei na política para disputar meu primeiro mandato, por aclamação das mães tavarenses, que me tinham como parteira dos seus filhos." (eleita em concorrência com dois outros candidatos pelo PFL para administração de município na PB)

"A idéia partiu dos companheiros de partido. Argumentavam que as experiências na política, como empresária e cidadã ativa na sociedade seriam fatores decisivos numa campanha política e, posteriormente, para uma boa administração." (eleita em concorrência com um outro candidato para administração de município no PR)

"(...) através de trabalho desenvolvido no Município, durante seis anos coordenando uma ONG. Fiquei bastante conhecida através da luta e da participação popular. O meu nome surgiu dos que me conheciam, sabiam da minha seriedade, do meu compromisso e luta por mudança. Posso dizer que foi uma candidatura que veio das bases como reconhecimento do trabalho feito na ONG e como identificação de posturas e valores." (eleita em concorrência com dois outros candidatos para administração de município em MG)

"A idéia não partiu de mim, mas da população, pois sempre fui muito ligada ao trabalho voluntário." (eleita em concorrência com outro candidato para administração de município no CE)

"(...) como conseqüência do trabalho desenvolvido como coordenadora da paróquia, na igreja e vereadora na Câmara Municipal, junto à comunidade."(eleita em concorrência com um outro candidato para administração de município em SC)

Por fim, há uma forma de inserção de objetivo mais transformador, porque oriunda de movimentos sociais e gestada por uma controlada representação delegada, para fazer avançar um projeto coletivo. Falando pelos e com seus pares, assim constituindo a possibilidade de acesso ao cargo, todos estes (prefeitos e demais afiliados) investem em múltiplas e contraditórias formas de transformação do mundo e do seu sistema de hierarquia. As propostas de mudança variam, mas abarcam a igualdade de participação social e de acesso a direitos entre homens e mulheres. Incluem ainda a construção da hegemonia de outra visão de mundo e por acatamento de decisões partidárias. Neste caso, as construções de pressupostos ao desempenho do cargo de prefeita derivam menos da reivindicada divisão social de gênero, embora estes atributos diferenciais ampliem o exercício deste cargo de representante delegada de um projeto coletivo. Aí então se encontram em jogo novas elaborações do que é ser feminino e viril, de qualquer forma diferenciada para cada grupo de ação política.

[O acesso ao cargo se deu] "...Como conseqüência da atuação político-partidária, além da expressiva afinidade com o povo de (...) [A candidatura fora orientada por] (...) compromisso com os interesses fundamentais da imensa maioria da população, envolvimento dos cidadãos na definição de prioridades, transparência e ética na gestão pública, redobrado empenho no exercício das ações administrativas e unidade das forças políticas que compõem o governo

(...). Nossa plataforma de campanha foi construída a partir do envolvimento de diversos segmentos da sociedade local (moradores, intelectuais, técnicos, artistas, sindicalistas, estudantes, políticos), que se reuniram várias vezes e formularam propostas factíveis para as áreas de interesse e atuação da administração municipal, enquanto os concorrentes não tiveram a mesma preocupação e, particularmente, a situação se ateve a promessas continuístas e de caráter nitidamente fisiológico e demagógico. Além disso, temos uma postura de crítica ao modelo econômico, social e político imposto ao País. Somos contra a política neoliberal, os outros não." (eleita em concorrência com quatro candidatas, sendo duas mulheres, para administração de município em PE)

Repespeitada a diversidade de alternativas para acumulação de capital político, todas as prefeitas que responderam ao questionário procuraram assinalar a singularidade do desempenho, definida como expressão de sua autonomia. E autonomia fundamentada em expressão pública, para evitar que sobre elas recaiam as acusações das incompetências derivadas da visão hierarquizada de gênero. Segundo dados sistematizados na pesquisa, mesmo que socializadas como coadjuvantes e colaboradoras de projetos de liderança hegemonicamente masculina, mesmo que sob este exercício, as prefeitas precisam demonstrar que não são ventríloqüos do irmão, do esposo ou do pai, para proverem continuidade à trajetória.

Os depoimentos considerados para a caracterização dos modelo de alternativas de inserção das mulheres na atividade política, realçam as qualidades pessoais das respondentes ao questionário e secundarizam o papel dos grupos de pertencimento. Estes grupos de pertencimento podem ser os familiares. Contudo, eles são deslocados do primeiro plano de inserção: seja pela incorporação de atributos para a construção da carreira própria, imposição para a permanência no campo; seja pela valorização do papel de militante partidária, exercício possível pelo reconhecimento das condições de profissionalização na arena da política institucionalizada em campo específico.

Segundo dados sistematizados na pesquisa, as respostas ao questionário registram as imagens que as prefeitas atribuem as suas qualidades diferenciais ou, dito de outro modo, as formas como querem ser reconhecidas. Elas projetam suas intenções e os modos como gostariam, sob os contextos em que praticam a gestão municipal, de direcionar a atividade política partidária e estatal. Nesse sentido, foi possível identificar as seguintes recorrências:

- Prefeitas que se lançam na construção de formas mais diretas de comunicação com os munícipes, tanto as personalizadas, como as que se ancoram na criação de novos aparatos institucionais, facilitadores da construção da fala pública e do direito ao encaminhamento contínuo de reivindicações.
- Prefeitas que consideram a explicitação de princípios morais como a chave para a legitimidade do papel de porta-vozes das demandas por serviços públicos por parte dos munícipes.
- Prefeitas que não só apregoam uma nova moralidade na prática política, mas o fazem pela elaboração direta da crítica ao comportamento dos concorrentes.
- Prefeitas que constróem a prática administrativa propugnando pela sistematização das formas de planejamento, definições de metas e objetivos a serem alcançados no decorrer da gestão, de modo a apregoar a visibilidade e o combate à concepção da instituição estatal apenas como caixa-preta, que só se conhece nas denúncias, nas crises e na construção política do escândalo.

Por último, cabe destacar os possíveis constrangimentos, identificados no âmbito da pesquisa, enfrentados pelas prefeitas. A despeito ou em consonância com os apoios conquistados para a inserção na arena política, as mulheres devem administrar as desqualificações imputadas, tendo em vista essa mesma condição. Assim sendo, o olhar dos outros constitui um elemento mais forte na construção da personalidade coletiva das mulheres políticas. Por isso, elas tendem a aceitar e a acentuar as diferenças culturalmente atribuídas a uma natureza masculina e outra feminina, seja pela contraposição ou pela adesão. Esses olhares desqualificantes contribuem para modelar as imagens que elas têm de si mesmas, através das quais querem ser vistas e reconhecidas. Admitindo-se estrangeiras ou intrusas, elas devem reagir positiva ou negativamente aos atributos que as desqualificam para o exercício da política.

Outra forma de julgamento da "intrusão" é a severidade da crítica aos desempenhos dos cargos pelas mulheres e os altos graus de exigência que elas se impõem, para evitar falsos passos ou a suspeita de que são "testas de ferro" ou "pau-mandado" dos homens. Por isso, elas se exigem o dever de excelência, explicitando sua exacerbada condição de risco. E, em algumas situações, elas passam a exaltar qualidades singulares, mostrando-se, culturalmente, serem "homens", isto é, encarnando atitudes viris. Essas acusações e esses cuidados incidem com maior intensidade sobre as mulheres que são coadjuvantes ou sucessoras de homens políticos. Por conseguinte, sobre aquelas que se colocam a serviço de um projeto coletivo captaneado pelos homens.

Na medida em que as mulheres se submetem a reavaliações do exercício do cargo em pleitos sucessivos, elas tendem a internalizar os embates derivados de preconceitos como parte do exercício e do desafio do cargo, como se depreende dos trechos a seguir selecionados:

> "Naturalmente por ser um município interiorano, a discriminação pelo sexo feminino é marcante, principalmente entre vereadores e, pasmem, também, por mulheres." (eleita em concorrência com dois outros candidatos para administração de município em GO)

> "(...) Existe preconceito, o machismo ainda acentuado mas, com pulso firme, estou conseguindo vencer, gradativamente, todas as barreiras." (eleita em concorrência com dois outros candidatos para administração de município em GO).

Aquelas mulheres que conquistaram a posição de prefeita por reconhecimento de competências profissionais tenderam, nas respostas ao questionário, a naturalizar o conflito e a incorporar a convivência concorrencial:

> "Nenhuma, tenho relação muito boa com a população, devido a minha atuação no comércio, onde estava no comando dos negócios. Tenho o apoio da família, que me dá segurança. O vice-prefeito é do mesmo partido e trabalha com a mesma seriedade."(eleita em concorrência com dois outros candidatos para administração de município no RS)

> "De início, sofri um pouco de preconceito mas, como a Cidade é pequena, muitos já conheciam o meu trabalho. Acredito que o fato de ser mulher até ajudou-me a ganhar as eleições. O povo buscou em mim (mulher) a necessidade de mudança" (eleita em concorrência com três outros candidatos para administração de município no CE)

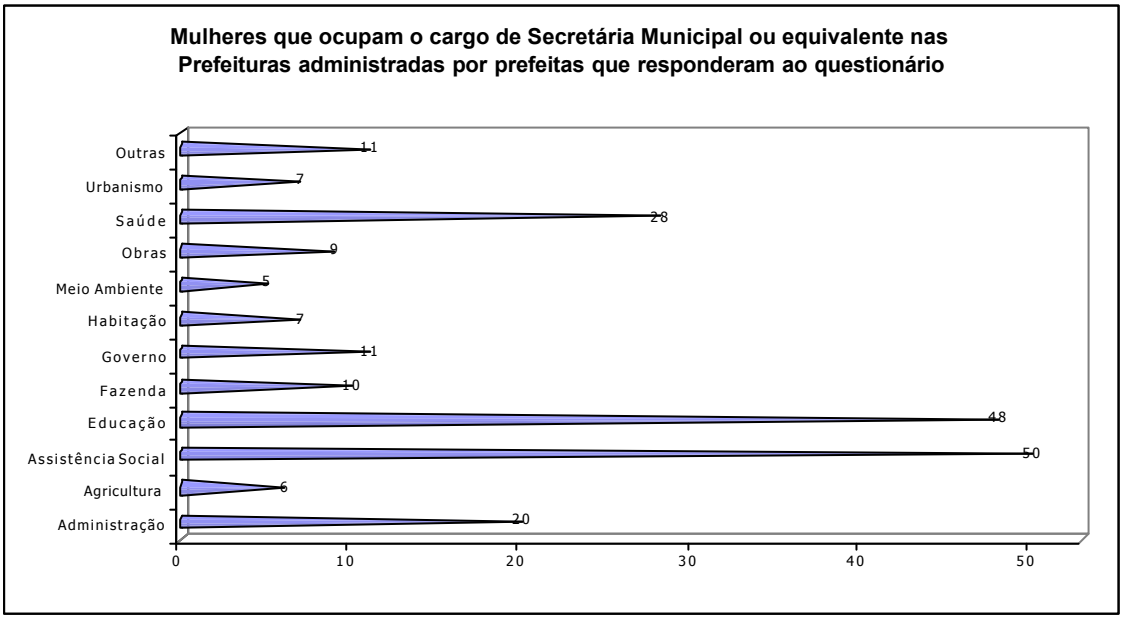
> "No meu município nenhum, pois há muito tempo desempenho trabalhos na área da saúde e promoção social, por isso confiam em mim. Talvez fora alguém duvide, mas nunca falaram." (eleita em concorrência com outro candidato para administração de município em MG)

As mulheres que ocupam cargos políticos como mandatárias de partidos que se apresentam como portadores de projeto de transformação da sociedade referem-se a preconceitos generalizados, desconfianças que operam como fluxos de pressões, para superdimensionar os erros ou as avaliações negativas a que o partido está submetido.

- *A Gestão municipal sob a ótica das prefeitas*

Cabe agora, de forma sucinta, voltar atenção para alguns aspectos da gestão municipal, segundo as respostas das prefeitas ao questionário. Um primeiro aspecto diz respeito a participação das mulheres em cargos de tomada de decisão na estrutura administrativa da prefeitura.

Gráfico 4



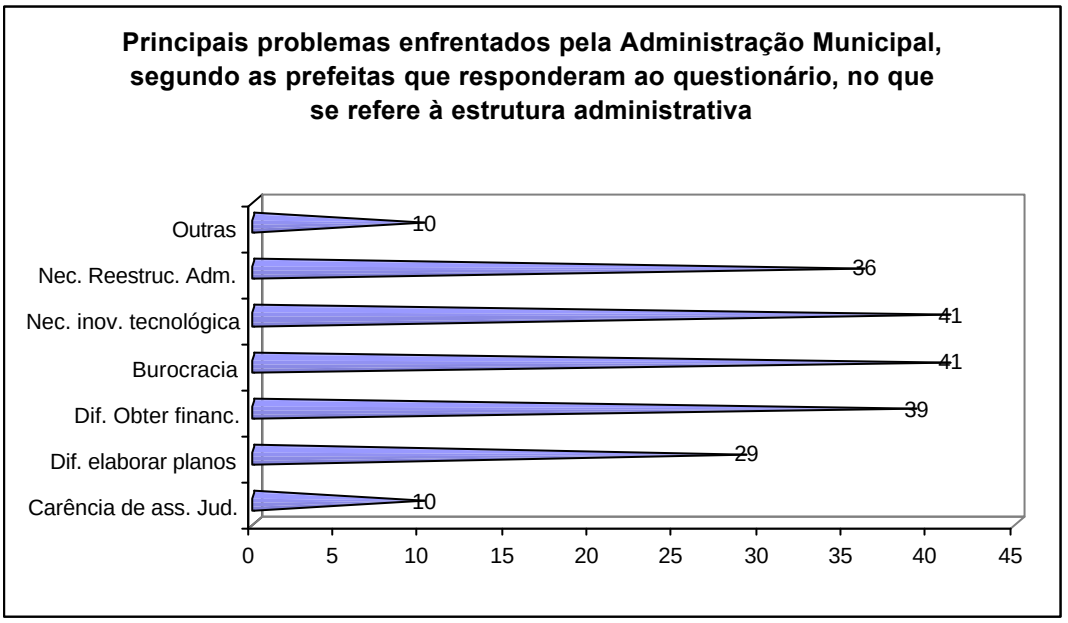
Fonte: As mulheres na política municipal: as prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004. IBAM/PROLID, 2002

Como podemos observar, o maior percentual de mulheres que ocupam Secretarias ou órgãos equivalentes do primeiro escalão concentram-se em áreas tradicionalmente femininas. Segundo dados sistematizados, do total de prefeitas que responderam ao questionário, 76% indicaram que a chefia da Secretaria Municipal de Assistência Social é ocupada por mulheres. Da mesma forma, 72% informaram que a chefia da Secretária de Educação também é ocupada por mulheres. Os cargos de primeiro escalão da Secretaria de Saúde, Administração, Obras e Urbanismo, embora em menor proporção – respectivamente, 35%, 26% e 23% – também são ocupados por mulheres. Diferentemente, os cargos em que há um menor percentual de mulheres são aqueles cujas atividades profissionais são tradicionalmente vinculadas aos homens, quais sejam: fazenda, finanças, agricultura e habitação. É uma recorrência as prefeitas indicarem, pelo menos, uma mulher para Secretarias ou órgãos equivalentes do primeiro escalão, havendo casos de municípios em que esse número é bastante expressivo e algumas prefeituras chegam a ter seis ou mais Secretárias Municipais do sexo feminino.

Um segundo aspecto destacado pela pesquisa refere-se aos principais problemas enfrentados na administração, no que se refere à: estrutura administrativa; infra-estrutura e meio ambiente; habitação, educação e saúde; atividades econômicas – agricultura, indústria, comércio.

No caso da estrutura administrativa (gráfico 5), os problemas ressaltados dizem respeito à necessidade de inovação tecnológica (55%), à burocracia (55%) e à dificuldade para obtenção de financiamento (53%), não havendo diferenciações notáveis entre municípios de acordo com as regiões do país e do tamanho da população. Somam-se a esses problemas a necessidade de reestruturação administrativa (49%) e a dificuldade para a elaboração de planos (39%). Relacionados aos aspectos concernentes à gestão, no sentido estrito do termo, em seu conjunto tais problemas apontam para os limites inerentes ao processo de formulação, execução e avaliação das políticas públicas.

Gráfico 5

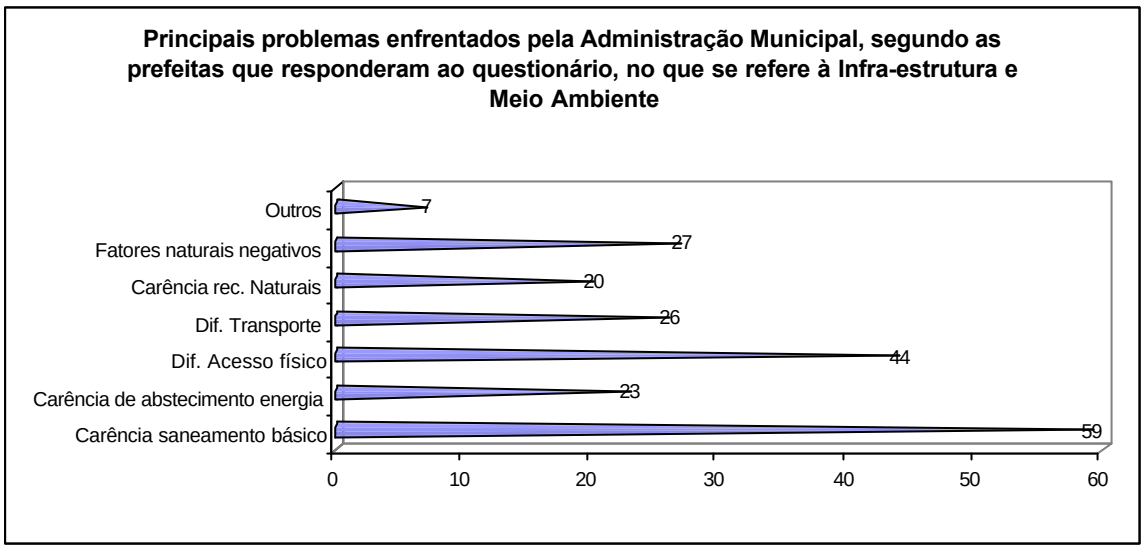


Fonte: As mulheres na política municipal: as prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004. IBAM/BID-PROLID, 2002.

Os problemas relacionados à infra-estrutura e ao meio ambiente (gráfico 6) encontram-se identificados e distribuídos de forma menos homogênea, destacando-se, entre eles, aqueles relacionados à carência de saneamento básico (80%) e à dificuldade de acesso físico (60%). Na década de 1990 observou-se uma retração das políticas nacionais de saneamento com repercussão, portanto, sobre a ampliação do sistema (água, esgoto e resíduos sólidos). Ao mesmo tempo, as linhas de financiamento privilegiaram o setor privado. Cerca de 67% da população brasileira e 88% da população urbana do país são atendidos por serviços de abastecimento de água. A população não atendida, ou atendida em condições precárias, localiza-se basicamente nas áreas periféricas e favelas das cidades. Somente 31% da população brasileira são atendidos com rede de esgoto sanitário, sendo que apenas 8% conta com tratamento adequado. Vale lembrar que entre as regiões metropolitanas a situação é bastante desigual, variando de 7,7% de domicílios ligados à rede de esgoto em Belém para 86,9% em Belo Horizonte[7].

[7] Ver Bezerra, Maria do Carmo de Lima; Fernandes, Marlene Allan (coords.). *Cidades sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio Parceria 21 IBAM-ISER- REDEH, 2000. p. 48.

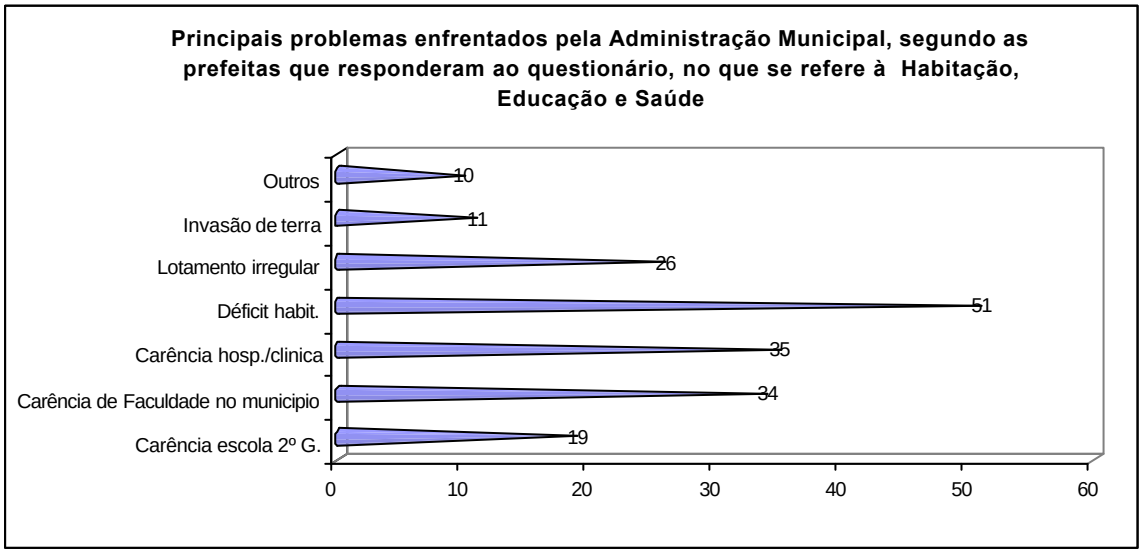
Gráfico 6



Fonte: As mulheres na política municipal: as prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004. IBAM/BID-PROLID, 2002

No que se refere aos setores de habitação, educação e saúde (gráfico 7) os principais problemas identificados dizem respeito, sobretudo, ao déficit habitacional (69%), à carência de hospitais e clínicas (48%) e de faculdades no município (46%), o que coloca em xeque a garantia de direitos de cidadania como o acesso à moradia e à saúde.

Gráfico 7

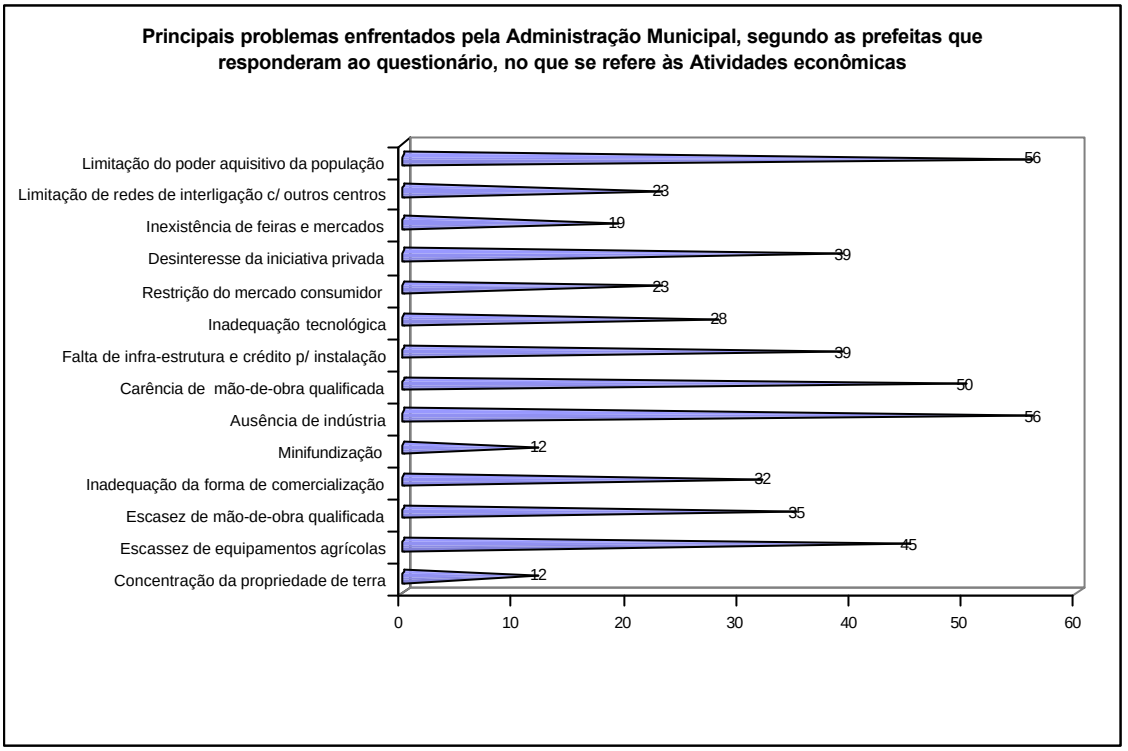


Fonte: As mulheres na política municipal: as prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004. IBAM/BID- PROLID, 2002

No caso das atividades econômicas (gráfico 8), os principais problemas assinalados pelas prefeitas dizem respeito à ausência de indústria e à limitação do poder aquisitivo da população, ambos destacados por 76% das respondentes ao questionário. A seguir, foram assinalados a carência de mão-de-obra qualificada (68%) e a falta de infra-estrutura e crédito para a instalação de indústria e o desinteresse da iniciativa privada, cada um concentrando cerca de 52% das respostas.

Os menores percentuais assinalados dizem respeito à minifundização e à concentração da propriedade da terra, cada um dos itens foi destacado por cerca de 16% das respondentes.

Gráfico 8

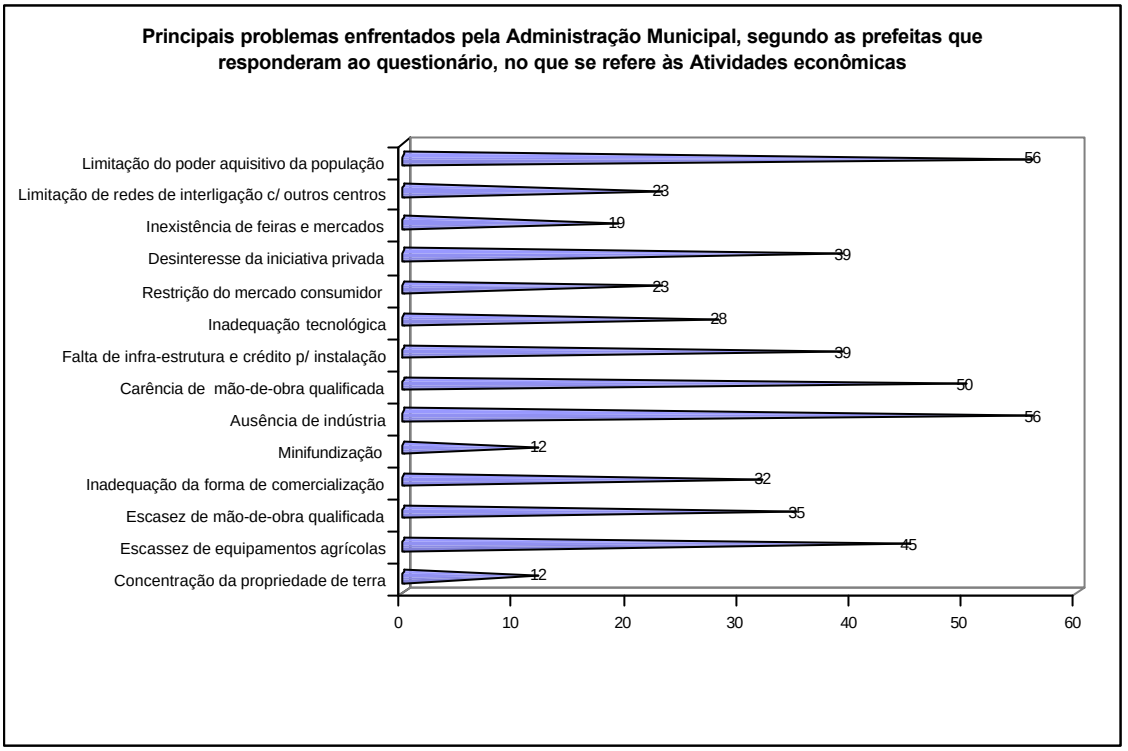


Fonte: As mulheres na política municipal: as prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004. IBAM/BID-PROLID, 2002.

Considerando-se as articulações agenciadas pelas prefeitas no âmbito das políticas públicas e do desenvolvimento local, buscou-se identificar, por um lado, os agentes envolvidos na administração municipal (gráfico 9), e por outro, os programas referenciais implantados nos municípios (gráfico 10). Entre os agentes envolvidos na administração destacam-se, quase como unanimidade, os conselhos municipais (94%) e, logo a seguir, o governo estadual (80%) e federal (74%) A seguir, adquirem expressão um grupo com percentuais próximos e bastante recorrente: Sistema "S" (58%) e Universidade (51%). As empresa do setor privado foram citadas com menor recorrência (30%), embora em maior percentual do que os organismos internacionais (8%).

Os menores percentuais assinalados dizem respeito à minifundização e à concentração da propriedade da terra, cada um dos itens foi destacado por cerca de 16% das respondentes.

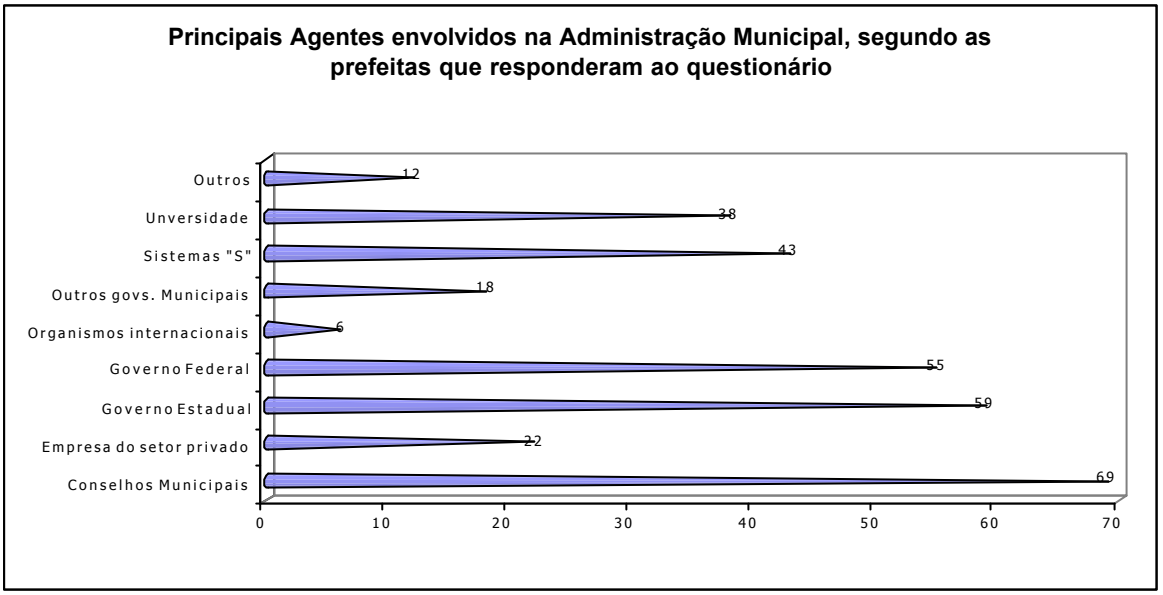
Gráfico 8



Fonte: As mulheres na política municipal: as prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004. IBAM/BID-PROLID, 2002.

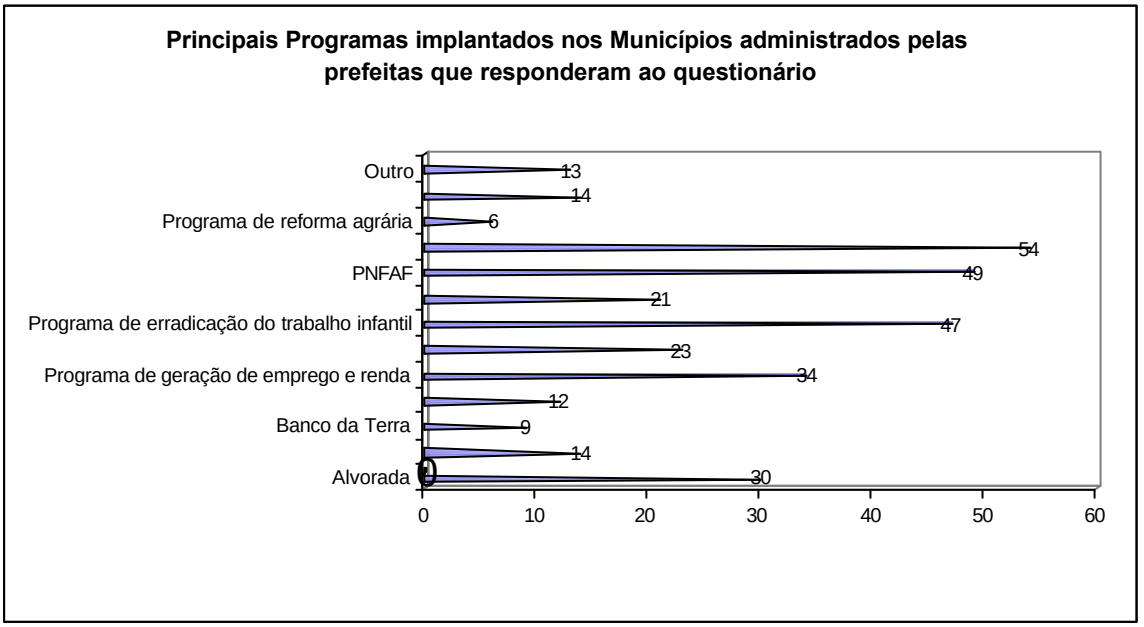
Considerando-se as articulações agenciadas pelas prefeitas no âmbito das políticas públicas e do desenvolvimento local, buscou-se identificar, por um lado, os agentes envolvidos na administração municipal (gráfico 9), e por outro, os programas referenciais implantados nos municípios (gráfico 10). Entre os agentes envolvidos na administração destacam-se, quase como unanimidade, os conselhos municipais (94%) e, logo a seguir, o governo estadual (80%) e federal (74%) A seguir, adquirem expressão um grupo com percentuais próximos e bastante recorrente: Sistema "S" (58%) e Universidade (51%). As empresa do setor privado foram citadas com menor recorrência (30%), embora em maior percentual do que os organismos internacionais (8%).

Gráfico 9



Fonte: As mulheres na política municipal: as prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004. IBAM/BID-PROLID, 2002.

Gráfico 10



Fonte: As mulheres na política municipal: as prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004. IBAM/BID-PROLID, 2002.

Os programas municipais – frutos de normatizações do governo federal ou de articulações inter-governamental – estão presentes em parte significativa dos governos municipais administrados por prefeitas que responderam ao questionário. O Programa de Saúde da Família foi implantado em 73% dos municípios das prefeitas que responderam à pesquisa, assim como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, presentes respectivamente em 66% e 64% desses municípios. Por outro lado,

encontram-se implantados em menor proporção o Programa de Reforma Agrária (8%) e o Banco da Terra (12%)

Considerando a importância cada vez maior desempenhado na gestão pelos conselhos municipais, por intermédio das respostas ao questionário foi possível identificar, entre outros aspectos, a diversidade de conselhos existentes e a sua situação - se regulamentado ou instalado (Tabela 3). Com base em estudos realizados pelo IBAM, IPEA e Comunidade Solidária[8], os Conselhos existentes no país podem ser classificados de múltiplas formas dada a sua diversidade. Segundo classificação adotada no estudo, podem se divididos em três grupos: a) conselhos de políticas; b) conselhos de programas e c) conselhos temáticos.

No primeiro grupo encontram-se os conselhos que recebem recursos repassados pelo governo federal e cuja institucionalização vincula-se à criação de um Fundo Especial, sendo exemplo os Conselhos Municipais de Saúde, de Educação, de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Assistência Social e Tutelar. O segundo grupo reúne os conselhos presentes sobretudo na esfera municipal e identificados também como Comissões municipais, estando vinculados, em geral, a programas governamentais específicos, como no caso dos seguintes Conselhos: de Trabalho e Emprego; de Distribuição de Alimentos; de Desenvolvimento Rural; de Alimentação Escolar e de Habitação. Por último, os conselhos temáticos podem ter vinculação a um sistema ou legislação nacional, estando sua criação relacionada a uma recomendação do governo federal, ou, diferentemente, serem o resultado de demandas e de grupos de interesses - Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos; de Defesa dos Direitos da Mulher (ou da Condição Feminina); de Defesa dos Direitos das Populações Negras; de Defesa dos Direitos das Populações Indígenas; dos Direitos da Pessoa da Terceira Idade; de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência; do Orçamento; de Urbanismo e Meio Ambiente; de Transporte; de Esporte.

Tomando como referência o universo de municípios cujas prefeitas responderam ao questionário, a maior recorrência incide, como previsível, sobre os conselhos de política. Nesse sentido, nos municípios das prefeitas respondentes encontram-se regulamentos em maior proporção os seguintes conselhos: Assistência Social (53%); Saúde (51%); Educação (50%); Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (42%). Com maior incidência, destacam-se ainda os Conselhos de Alimentação Escolar (53%). Um grupo menor reúne tipos diferentes de Conselhos, quais sejam: Tutelar (35%); Desenvolvimento Rural (34%); Distribuição de Alimentos (18%); Trabalho e Renda (18%); Urbanismo e Meio Ambiente (16%). O menor percentual de Conselhos Municipais regulamentos dizem respeito aos Conselhos Temáticos: Defesa dos Direitos das Populações Indígenas (1%); Defesa dos Direitos da Mulher (4%); Direitos das Populações Negras (4%); Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (4%); Defesa dos Direitos Humanos (7%); Proteção ao Patrimônio Público (8%); Transporte (8%); Cultura (9%). Embora seja identificados em menor percentual, tanto o Conselho de Cidadania e Segurança Pública (9%) quanto o de Combate e Erradicação da Pobreza (8%) tornaram-se obrigatórios e estão vinculados à criação de Fundos Especiais.

Embora os Conselhos sejam criados por lei municipal, sancionada pelo(a) Prefeito(a), há casos, como ilustrado na tabela a seguir, em que o número de Conselhos Regulamentados é inferior ao de Instalados, o que sugere a antecipação da institucionalização por parte da sociedade civil e do governo – ver por exemplo, Conselhos de Alimentação Escolar; de Cidadania e Segurança Pública; de Desenvolvimento Rural; de Saúde.

---

[8] IBAM/IPEA/Comunidade Solidária. *Conselhos municipais e políticas sociais*. Rio de Janeiro: IBAM, 1997. p. 210.

Tabela 3

Conselhos municipais existentes nos municípios administrados por prefeitas que responderam ao questionário, por tipo de situação, se regulamentado ou instalado

Conselhos Municipais	Situação			
	Regulamentado		Instalado	
	Nº	%	Nº	%
Total de municípios da pesquisa	**74**	**100**	**74**	**100**
Alimentação escolar	39	53	40	54
Assistência Social	39	53	37	50
Cidadania e Segurança Pública	7	9	10	14
Combate e Erradicação da Pobreza	6	8	5	7
Cultura	7	9	6	8
Defesa dos Direitos da Mulher	3	4	3	4
Defesa dos Direitos da Pessoa da Terceira Idade	8	11	6	8
Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais	4	5	4	5
Defesa dos Direitos das Populações Indígenas	1	1	0	-
Defesa dos Direitos das Populações Negras	3	4	1	1
Defesa dos Direitos Humanos	5	7	3	4
Desenvolvimento Rural	25	34	26	35
Direitos das Crianças e Adolescentes	31	42	27	36
Distribuição de Alimentos	13	18	9	12
Educação	37	50	30	40
Esporte	9	12	5	7
Habitação	6	8	5	7
Orçamento	9	12	5	7
Proteção ao Patrimônio Público	6	8	6	8
Saúde	38	51	39	53
Trabalho e Renda	13	18	11	15
Transporte	6	8	4	5
Tutelar	26	35	23	31
Urbanismo e Meio Ambiente	12	16	7	9

Fonte: As mulheres na política municipal: as prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004. IBAM/BID-PROLID, 2002.

Considerações Finais

Boa parte das prefeitas que respondeu ao questionário informa que foram eleitas pelo reconhecimento da competência para obtenção e aplicação de serviços vinculados à política social. O reconhecimento dos constrangimentos para o engajamento na luta por transferência de recursos centralizados é de tal ordem, que é comum a valorização do político por uma qualidade, neste campo, vista como rara e profundamente honorífica: a determinação de quem *sabe correr atrás,* de quem demonstra competência para enfrentar empecilhos, ultrapassar impedimentos e viabilizar a prestação de serviços. Apresentaram-se então como legítimas candidatas, pelo demonstrado

empenho em fazer cumprir o que é de direito dos munícipes, em envidar esforços para fazer chegar ao município os recursos que, em tese, devem ser transferidos e redistribuídos.

É possível argumentar que não é a ampliação da entrada das mulheres na política que permite a exaltação dos problemas sociais. Ao contrário, é a inscrição desses problemas na agenda política que autoriza o desempenho das mulheres na gestão de programas políticos, hoje transferidos aos municípios, mas, em geral, segundo diretrizes do governo federal. Longe de se engajarem na objetivação de projetos alternativos, as prefeitas que responderam ao questionários tendem a aderir a realização de projetos e programas concebidos externamente. Estes projetos e programas, todavia, continuam sendo elaborados nas arenas políticas de perfis virilizados, embora também reafirmem o domínio de competência das mulheres na reprodução social, na redenção da moralidade, ou na reconversão dos ideais de solidariedade, inclusive com sua ação complementar para deslocá-los para o estado prático. Além deste aspecto, a maior parte das políticas sociais são dirigidas às crianças sob responsabilidade das mães.

Reafirmando tradicionais concepções, a entrada das mulheres na política aponta para a objetivação do processo de constituição de um precário, fragmentado, retardatário ou mesmo extemporâneo Estado de bem-estar, exatamente na contramão da reafirmação de propostas de ação estatal sob o ideário neo-liberal, acompanha as retóricas da humanização da política. Não está em jogo uma proposta de complementaridade ou igualdade de gênero; mas a visibilidade de prioridades políticas e de hierárquicas especializações de competências, que reafirmam desigualdades morais diferencialmente atribuídas a homens e mulheres.

É recorrente as mulheres nas disputas eleitorais valorizarem atributos tradicionalmente imputados à liderança feminina o que não necessariamente significa a reivindicação da simetria entre homens e mulheres. Em outras palavras, as ações traduzidas em políticas públicas podem pautar-se por atividades voltadas para as necessidade práticas de gênero – tal como a melhoria das condições de vida, em detrimento das necessidades estratégicas – isto é, acesso das mulheres ao cargos de tomada de decisão. Contudo, um fato novo na arena política da sociedade brasileira é o de candidatas mulheres disputarem as eleições majoritárias juntamente com outras mulheres o que pode contribuir não só para a mudança na cultura política, mas também para a construção de um conjunto de ações no âmbito das políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades de gênero. A redução dessas desigualdades implica o agenciamento de políticas públicas no âmbito do desenvolvimento local que operem com uma visão voltada para a mudança das relações de gênero, bem como para o diálogo com o movimento de mulheres e, especialmente, com o movimento feminista, considerando-se, portanto, a diversidade de percepções e interesses entre as próprias mulheres.